

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 7 – Número 0362-01/07 à 05/07/2024

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[TST abre inscrições para audiência pública sobre direito de oposição à contribuição negocial](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/07/2024

O Tribunal Superior do Trabalho vai promover, nos dias 22 e 23 de agosto, uma audiência pública para discutir como pessoas não sindicalizadas podem exercer seu direito de oposição ao pagamento da contribuição assistencial. O tema é tratado num incidente de resolução de demandas repetitivas, que uniformizará o entendimento sobre o tema, delimitado pelo Tribunal como “questão exclusivamente de direito que trata sobre o modo, o momento e o lugar apropriado para o empregado não sindicalizado exercer seu direito de oposição ao pagamento da contribuição assistencial”.

A audiência foi marcada pelo relator do caso, ministro Caputo Bastos. O objetivo é ouvir depoimentos de pessoas com experiência e conhecimento na matéria. Quem se interessar em participar da audiência, tanto para apresentar exposições quanto como para acompanhar como ouvintes, deve apresentar manifestação das 8h do dia 8 às 20 horas do dia 26 de julho. Esse prazo correrá durante as férias coletivas dos ministros do TST. O pedido deve ser encaminhado exclusivamente por meio do [formulário eletrônico disponível neste endereço](#).

A relação das inscrições deferidas, a indicação do tempo das exposições – a ser definido de acordo com o número de inscritos – e as orientações de como os expositores deverão proceder para encaminhar o material que pretendam utilizar em suas apresentações serão divulgadas no dia 9 de agosto. [Leia a íntegra do edital](#).

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Usina afasta responsabilidade por trabalho infantil explorado por fornecedor de cana-de-açúcar](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 05/07/2024

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que a usina Pedra Agroindustrial S.A., de Serrana (SP), não pode ser responsabilizada pelo trabalho infantil explorado por um de seus fornecedores de cana-de-açúcar. O colegiado rejeitou o argumento do Ministério Público do Trabalho (MPT) de que a aquisição de matéria-prima essencial produzida por trabalho ilegal para o funcionamento da cadeia produtiva seria suficiente para responsabilizar a empresa pelo dano causado à coletividade.

[Federação que representa associações pode ajuizar ação em favor de gestores](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/07/2024

A Segunda Turma do TST considerou válida a ação coletiva ajuizada pela Federação Nacional das Associações de Gestores da Caixa Econômica Federal (Fenag) em favor dos gestores da Caixa Econômica Federal (CEF). O colegiado baseou sua decisão em entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a legitimidade das associações de associações para propor ações coletivas quando os trabalhadores representados atuam na mesma esfera da federação.

[Loja é condenada por discriminação racial e homofóbica contra operador](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 04/07/2024

Uma grande rede de varejo, atualmente em recuperação judicial, foram condenadas

pela Justiça do Trabalho a indenizar um operador de loja vítima de discriminação racial e homofóbica. Na última decisão sobre o caso, a Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho excluiu da condenação a obrigação de divulgar uma carta pública de desculpas em jornal de grande circulação para admitir a prática de racismo e homofobia em uma de suas unidades de Porto Alegre. O motivo é que, na reclamação trabalhista, isso não foi solicitado pelo empregado, e a condenação não poderia ultrapassar o que foi expressamente pedido.

[Vereador terá subsídio penhorado para quitar dívida trabalhista](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 03/07/2024

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou a penhora mensal de até 30% do subsídio de um vereador do Município de Riversul (SP) para pagamento de verbas rescisórias e indenização a um trabalhador rural. A decisão leva em conta que o Código de Processo Civil de 2015 (CPC) permite a penhora de salários para pagamento de prestações alimentícias, como no caso.

[Antônio Fabrício de Matos Gonçalves toma posse como ministro do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 02/07/2024

Magistrados, advogados, parlamentares, docentes, familiares e amigos participaram na tarde desta terça-feira (2) da posse administrativa do mineiro Antônio Fabrício de Matos Gonçalves no cargo de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A solenidade, conduzida pelo presidente da Casa, ministro Lelio Bentes Corrêa, foi realizada no Salão Nobre Papa Leão XIII. A expectativa é que a posse solene aconteça no dia 21/8.

[Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul inicia mutirão de conciliações](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 01/07/2024

De hoje a 10 de julho, a Justiça do Trabalho realizará 2.061 audiências de conciliação na “Ação Integrada de Conciliação dos Tribunais - Judiciário Unido”. A iniciativa, com o mote “Conciliando, recomeçamos”, é uma parceria entre o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS), o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4).

[Presidente do TST recebe Cartilha de Direitos da Comunidade LGBTQIAPN+ da Anamatra](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 01/07/2024

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Lelio Bentes Corrêa, recebeu na última semana a Cartilha de Direitos da Comunidade LGBTQIAPN+, produzida pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). A publicação se propõe a fomentar a compreensão e o respeito pela diversidade sexual e identidade de gênero, além de orientar a elaboração e o aprimoramento de políticas públicas inclusivas, com foco especial no Poder Judiciário.

Notícias do Executivo

[Inspeção do Trabalho embarga obra onde operário caiu e morreu em Bento Gonçalves \(RS\)](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 04/07/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) embargou, na última segunda-feira (1º), uma obra em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, na qual um trabalhador de 29 anos faleceu, após acidente enquanto estava sobre a bandeja de proteção da obra de construção de um prédio residencial. A estrutura de madeira da bandeja cedeu, provocando sua queda de uma altura aproximada de 9 metros, quando veio a falecer, após ser levado ao hospital, onde não resistiu aos ferimentos.

[MTE realiza 4ª Conferência Estadual de Economia Popular e Solidária em São Paulo nos dias 29 e 30 de novembro](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 04/07/2024

A cidade de São Paulo será palco, nos dias 29 e 30 de novembro, da 4ª Conferência Estadual de Economia Popular e Solidária, um evento com impacto no fortalecimento e desenvolvimento da economia solidária no estado. A Conferência vai reunir diversos atores sociais, empreendedores, gestores públicos e representantes da sociedade civil para discutir e propor políticas públicas que incentivem e consolidem práticas econômicas solidárias e sustentáveis.

[Com prazo prorrogado, empresas do Rio Grande do Sul têm até o dia 12 para aderirem ao programa de Apoio Financeiro](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 02/07/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) prorrogou o prazo para as empresas dos municípios em estado de calamidade ou situação de emergência no Rio Grande do Sul aderirem ao programa emergencial de Apoio Financeiro para trabalhadores e trabalhadoras do estado. Com a mudança, as empresas, que tinham até o dia 26 de junho, têm agora até o dia 12 de julho para fazer adesão pelo portal Emprega Brasil - Empregador. O apoio financeiro é de duas parcelas de R\$ 1.412,00 cada, durante os meses de julho e agosto. Em contrapartida, a empresa garante o emprego e o salário do funcionário nos outros dois meses (setembro e outubro).

[Divulgada relação de entidades sindicais que precisam atualizar cadastro no MTE](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 01/07/2024

Foi publicada nesta segunda-feira, 1º de julho, no [Diário Oficial da União](#), a relação das entidades sindicais com mandato da diretoria vencido há mais de oito anos no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES). As entidades constantes no Edital de Notificação terão 180 dias de prazo, até 28 de dezembro de 2024, para atualizar os dados, sob pena de ter o registro sindical cancelado. São 1.353 entidades de trabalhadores e de empregadores que precisam atualizar dados de mandatos de diretoria no [site do CNES](#).

[Ministério e IBGE definem parceria para analisar impacto social da Previdência para o Brasil](#)

Ministério da Previdência Social - 01/07/2024

Com o objetivo de analisar o impacto social da Previdência e de fortalecer as políticas públicas de seguridade no Brasil, o Ministério e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estabeleceram, nesta segunda-feira (1), no Rio de Janeiro (RJ), um protocolo de intenções para Acordo de Cooperação Técnica (ACT). O documento foi assinado pelo ministro Carlos Lupi e pelo presidente do Instituto, Marcio Pochmann. O governo federal, a partir da integração das equipes técnicas, estimulará o desenvolvimento de análises estratégicas nacionais e regionais, que terão por base os dados oriundos de sistemas e estudos produzidos rotineiramente, incluindo o Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS), os anuários estatísticos e o Censo Demográfico.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Empresa detentora da marca Ypê é condenada por assédio eleitoral](#)

Ministério Público do Trabalho - 05/07/2024

A Química Amparo Ltda., empresa proprietária da marca Ypê, foi condenada na segunda instância da Justiça do Trabalho a abster-se de fazer propaganda eleitoral a favor de qualquer candidato a cargo político, sob pena de multa de R\$ 100.000,00 por infração. A ação é do Ministério Público do Trabalho (MPT).

[Número de mediações realizadas pelo MPT cresce 120% no interior de São Paulo](#)

Ministério Público do Trabalho - 04/07/2024

O Ministério Público do Trabalho (MPT) na 15ª Região registrou um aumento de 120% no número de mediações realizadas no interior de São Paulo, com o objetivo de solucionar conflitos trabalhistas coletivos de forma amigável. Os números se referem ao primeiro semestre de 2024, que registrou 158 mediações, em relação ao primeiro semestre de 2023, com apenas 72. A atuação conciliatória do MPT, buscando a auto-composição de acordos, cresceu a partir da implementação do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição (NUPIA).

[MPT-PE executa projeto de promoção da igualdade salarial em Pernambuco](#)

Ministério Público do Trabalho - 01/07/2024

O Ministério Público do Trabalho em Pernambuco (MPT-PE) realizou, no último dia 26, audiência com as 10 maiores empresas do Recife, a fim de averiguar a implementação nas organizações da Lei nº 14.611/2023, conhecida como Lei da Igualdade Sala-

rial entre homens e mulheres. O encontro, realizado na sede do MPT-PE, faz parte das ações do projeto, que tem como objetivo assegurar a igualdade remuneratória entre mulheres e homens, levando em conta também o fator raça.

[Instituições firmam acordo para combater assédio eleitoral contra trabalhadores durante o pleito de 2024](#)

Ministério Público do Trabalho - 01/07/2024

O Ministério Público do Trabalho de Mato Grosso do Sul (MPT-MS) integrou, nesta sexta-feira (28) o Encontro de Direito Eleitoral promovido pela Escola Superior do Ministério Público (ESMP-MS), com o apoio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça do Patrimônio Público e Social, das Fundações e Eleitorais. Realizado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, o evento, de caráter híbrido, reuniu membros designados para atuar nas Eleições 2024 em todo o estado.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[O baixo custo da escravidão contemporânea no Brasil: Auditor-Fiscal explica a realidade degradante](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 02/07/2024

O Auditor-Fiscal do Trabalho e diretor do SINAIT Lucas Reis é um dos personagens da reportagem produzida pelo Intercept Brasil que mostra como custa pouco aos empregadores infratores escravizar um trabalhador no país. Publicada nesta terça-feira, 2 de julho, a reportagem mostra que o “preço da dignidade” de um trabalhador custa apenas R\$ 4.115,89 ao bolso do infrator.

[31º EDIÇÃO: Saiba quem são os novos 'Cabeças' do Congresso Nacional](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 01/07/2023

Nesta sexta-feira, 28 de junho o DIAP divulgou os [100 novos cabeças do Congresso Nacional](#). Entre os 100 parlamentares que comandam o processo decisório no Congresso Nacional em 2024, 69 são deputados e 31 senadores. Desses, 24% são novos em relação aos “Cabeças” de 2023. Dos 24 novos, 17 são deputados e 7 senadores.

Outras Notícias

[Sócias não são responsáveis por débitos trabalhistas 2 anos após saída](#)

Consultor Jurídico - 07/07/2024

Conforme o artigo 10-A da CLT, o sócio retirante (que deixa o quadro societário e transfere suas cotas para algum terceiro) responde pelas dívidas da sociedade somente em ações ajuizadas até dois anos após o registro da modificação do contrato. Assim, a 12ª Vara do Trabalho de Campinas (SP) afastou a responsabilidade de duas sócias retirantes por débitos trabalhistas de uma escola.

[Acidente de trabalhador com motoniveladora gera indenização milionária](#)

Consultor Jurídico - 07/07/2024

Um operador de motoniveladora deverá ser indenizado após um acidente de trabalho que o deixou com sequelas neurológicas irreversíveis. Em decisão unânime, os desembargadores da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) confirmaram a reparação determinada pelo juiz Rui Ferreira dos Santos, da 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre.

[Lei da igualdade salarial: impactos para empresas e necessárias adequações](#)

Consultor Jurídico - 06/07/2024

A premissa da Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023, de igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre homens e mulheres merece louvor e se harmoniza com paradigmas internacionais, como as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de números 100 e 111, que tratam, respectivamente sobre a igualdade de remuneração e discriminação e com comandos da nossa Constituição sobre

igualdade (artigo 5º, caput) e sobre a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (artigo 7º, XXX).

[Familiar beneficiado por serviço também responde por dívida trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 06/07/2024

A 10ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) manteve sentença que condenou mãe e filho pelas verbas devidas a empregado doméstico. Para o colegiado, ficou demonstrada a prestação de serviços contínua à unidade familiar, o que leva a reconhecer a responsabilidade solidária das pessoas beneficiadas pelo trabalho.

[Proteção legal do meio ambiente do trabalho na CLT](#)

Consultor Jurídico - 05/07/2024

Recepcionada pela Constituição, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no Capítulo V, trata da segurança e medicina do trabalho, trazendo importantes disposições que, se efetivamente cumpridas, contribuirão na prevenção dos riscos ambientais laborais, evitando acidentes e doenças e, com isso, protegendo a saúde dos trabalhadores. Citarei alguns dos mais importantes artigos incluídos na CLT pela Lei nº 6.514/1977, que alterou substancialmente o Capítulo V da CLT, num momento em que o Brasil figurava no primeiro lugar no ranking mundial de acidentes de trabalho.

[Relatório mostra a litigiosidade na Justiça do Trabalho e a justiça gratuita](#)

Consultor Jurídico - 05/07/2024

Recentemente foi publicado o “Relatório Geral Estatístico da Justiça do Trabalho”, retratando o cenário de 2023. E um dos dados que comporta reflexão consiste no avanço da quantidade de ações ajuizadas. Dentre os dados relacionados à litigiosidade, seguramente um dos mais importantes corresponde ao volume de ações ajuizadas. Observando o gráfico quanto ao período de 2017 a 2023, constata-se uma linha descendente de maior inclinação (2017 a 2020), seguida por uma linha ascendente de menor inclinação (de 2021 a 2023).

[Morte de motorista por Covid-19 não gera indenização trabalhista, diz TST](#)

Consultor Jurídico - 04/07/2024

A condução de veículo automotor de transporte de carga não revela risco especial de contrair Covid-19. Por consequência, não há responsabilidade objetiva do empregador na contaminação do empregado, nem mesmo a presunção relativa da presença denexo causal entre o trabalho desempenhado e a doença.

[Empregada demitida após processar empresa deve ser reintegrada e indenizada, diz TST](#)

Consultor Jurídico - 03/07/2024

São nulas as demissões de empregados baseadas em conduta discriminatória, notadamente se a dispensa ocorrer após a propositura de ação trabalhista contra o empregador. Esse entendimento é da 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que reformou uma decisão de segunda instância que não reconheceu a nulidade da dispensa de uma mulher que foi demitida 47 dias depois de entrar com uma ação trabalhista.

[Acordo coletivo não pode limitar direito de gestante à estabilidade, diz TST](#)

Consultor Jurídico - 02/07/2024

Ainda que sejam constitucionais os acordos e as convenções coletivas que limitam direitos trabalhistas, a pactuação não pode dispor sobre direitos direcionados primordialmente às crianças, terceiros que não estão sujeitos à vontade da trabalhadora ou do sindicato. O entendimento é da 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho. A Corte manteve decisão que reconheceu o direito de uma gestante à estabilidade provisória, mesmo sem comunicação prévia ao empregador sobre a gravidez.

[Horas extras e multa do FGTS são temas mais recorrentes em novas ações da Justiça do Trabalho](#)

Consultor Jurídico - 02/07/2024

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Lelio Bentes Corrêa, apresentou nesta segunda-feira (1º/7), na sessão de encerramento do primeiro semestre, o [Relatório Geral da Justiça do Trabalho](#).

[O cúmulo do acúmulo](#)

Consultor Jurídico - 02/07/2024

A Justiça do Trabalho testemunha, de tempos em tempos, ondas de novas temáticas e pedidos em petições iniciais nas ações de sua competência. Ao lado das eternas horas extras, o pleito de acúmulo de funções vem liderando a inovação criativa dos causídicos nos últimos anos, com potencial de aumentar exponencialmente o custo trabalhista no Brasil e, pior, de forma retroativa.

[Juiz do Trabalho declara incompetência para julgar vínculo de emprego](#)

Migalhas - 07/07/2024

O juiz do Trabalho Pedro Rogerio Dos Santos, da 3ª vara do Trabalho de São Caetano do Sul, acolheu preliminar e declarou absoluta incompetência da Justiça do Trabalho para processar e julgar ação em que um homem busca o reconhecimento de vínculo empregatício com agência de viagens. A ação judicial buscava o reconhecimento de vínculo empregatício sob a alegação de “pejotização”. O reclamante afirmou que a contratação através de sua pessoa jurídica era ilegal e buscava a nulidade desse contrato, com a consequente declaração de vínculo empregatício direto com a Decolar.com.

[DPU: Tese do “racismo reverso” não tem validade jurídica](#)

Migalhas - 07/07/2024

A DPU - Defensoria Pública da União expressou sua posição contra a validade jurídica da tese de “racismo reverso” no Brasil. Em uma [nota técnica](#) divulgada recentemente, o órgão enfatiza que as leis que definem e penalizam o racismo devem ser interpretadas à luz da história, e não de maneira literal. Essa posição foi tomada durante a análise de um habeas corpus no TJ/AL, relacionado a um [caso](#) de suposta injúria racial contra um indivíduo branco.

[JF fixa tese de atividade especial por exposição ao ruído](#)

Migalhas - 05/07/2024

Durante a sessão ordinária de julgamento realizada em 26 de junho, a TNU - Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais decidiu, por maioria, negar provimento ao incidente de uniformização, conforme o voto da relatora, juíza Federal Paula Emília Moura Aragão de Sousa Brasil.

[TRT-2: Banco indenizará funcionário por ofensas homofóbicas](#)

Migalhas - 04/07/2024

A 8ª turma do TRT da 2ª região manteve sentença que condenou banco ao pagamento de indenização a bancário vítima de ofensas homofóbicas. No entanto, o valor da indenização, inicialmente fixado em R\$ 50 mil, foi reduzido para R\$ 30 mil, já que o tribunal não reconheceu a alegação de cobrança abusiva de metas.

[TRT-3: Adicional de insalubridade deve ser pago durante licença-maternidade](#)

Migalhas - 04/07/2024

A 7ª turma do TRT da 3ª região decidiu que o adicional de insalubridade deve ser pago durante o período de licença-maternidade. O colegiado manteve a decisão do juízo da 1ª vara do Trabalho de Poços de Caldas/MG, ao concluir que a CLT assegura licença-maternidade, sem prejuízo do emprego e do salário.

[Empresa pagará R\\$ 30 mil por não cumprir normas de segurança e higiene](#)

Migalhas - 03/07/2024

Uma empresa de nutrição e saúde animal de Presidente Venceslau/SP foi condenada a pagar indenização por dano moral coletivo em R\$ 30 mil após descumprir normas de saúde, segurança e higiene em sua fábrica. A 1ª câmara do TRT da 15ª região condenou a empresa para incentivá-la a organizar sua produção e evitar a exposição dos trabalhadores a situações de risco. A empresa já havia sido autuada pelo MPT duas vezes por não adotar medidas necessárias para o controle de riscos ambientais.

[TRF-4: Empresas devem pagar anuidades por registro voluntário em conselhos](#)

Migalhas - 02/07/2024

A turma Regional de Uniformização dos JEFs da 4ª região determinou que mesmo as empresas que não realizam atividades exclusivas de determinada profissão devem pagar as anuidades se optarem por se registrar voluntariamente em conselhos. Segundo o colegiado, nesses casos, os inscritos ativam automaticamente a obrigação de pagar as anuidades. A decisão refere-se ao pedido de uma empresa catarinense que requeria inexigibilidade de anuidade por parte do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul por não exercer atividade privativa de veterinária.

[Empresas donas de obra respondem por dívida trabalhista de empreiteira](#)

Migalhas - 02/07/2024

Com base na jurisprudência da Corte do Trabalho, a 1ª turma do TRT da 9ª região decidiu que empresas donas de obras têm responsabilidade subsidiária pelo pagamento das verbas trabalhistas de um engenheiro de segurança contratado por empreiteira. O engenheiro foi contratado pela empreiteira, em julho de 2014, e dispensado sem justa causa, em julho de 2015, sem o pagamento das verbas rescisórias. Recorreu, então, à Justiça do Trabalho requerendo a responsabilização das empresas donas da obra em que prestou serviços, em caso de não pagamento por sua empregadora direta.

[TRT-2 anula ação que indeferiu prova oral para comprovar documentos](#)

Migalhas - 02/07/2024

9ª turma do TRT da 2ª região reconheceu a nulidade de uma sentença devido ao cerceamento do direito de defesa da reclamada. A empresa havia apresentado nos autos o TRCT - Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho como prova de que não possuía débitos de verbas rescisórias, contudo o documento foi contestado pelo trabalhador. O juízo de primeiro grau, em desacordo com a defesa, indeferiu a produção de prova oral sobre a matéria e julgou procedente o pedido do empregado.

[Trabalhador pode usar FGTS para quitar dívidas de acordos judiciais](#)

Migalhas - 01/07/2024

Trabalhador poderá utilizar FGTS para quitar dívidas processuais que comprometeram sua habitação. Sentença foi prolatada pelo juiz Federal Marcelo Guerra Martins,

da 13ª vara Cível Federal de São Paulo/SP, que considerou o rol de hipóteses de uso do saldo, previsto em lei, como exemplificativo, não taxativo, permitindo a utilização do valor.

[Sesi Ceará promove terceira edição do Seminário Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho](#)

Revista Proteção - 05/07/2024

O Sesi Ceará promove, em 31 de julho, a terceira edição do Seminário Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho. Será na Casa da Indústria, que fica na Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), Avenida Barão de Studart, 1980, Aldeota, em Fortaleza, das 8h às 19h30. As inscrições já estão abertas e podem ser feitas neste link. O ingresso social, um quilo de alimento não-perecível.

[Julho Amarelo chega para alertar sobre as hepatites virais](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 05/07/2024

Julho é o mês escolhido para conscientizar a população sobre as hepatites virais, um grupo de doenças que afeta o fígado e pode ter sérias consequências para a saúde. A campanha, conhecida como “Julho Amarelo”, visa a informar sobre a prevenção, fatores de risco e tratamento dessas doenças.

[Megasipat segue com inscrições abertas nas Regionais](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 05/07/2024

Seguem abertas nas Regionais do SindusCon-SP as inscrições para a MegaSipat (Mega Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho), realizada por esta entidade em parceria com Seconci-SP (Serviço Social da Construção), Sesi-SP e Senai-SP, e o patrocínio da Atlas Schindler e SuperMix.

[Maioria das doenças dos olhos é evitável](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 05/07/2024

Muitas causas de déficit visual e cegueira são evitáveis com prevenção e tratamento

precoce. Para tanto, é aconselhável consultar regularmente o oftalmologista, ao menos uma vez por ano, mesmo se a pessoa não apresentar sintomas. Muitas doenças oculares são silenciosas e não causam sintomas inicialmente, e o diagnóstico e tratamento delas nesta fase são fundamentais para uma evolução mais favorável.

[Redes de segurança em obras ganham normas técnicas](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 04/07/2024

A ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) publicou em 3 de julho duas normas técnicas relacionadas à segurança do trabalho na indústria da construção: a ABNT NBR 17152-1 – Segurança em obras – redes de segurança contra quedas – Parte 1 – Requisitos e métodos de ensaio, e a ABNT NBR 17152-2 – Segurança em obras – redes de segurança contra quedas – Parte 2 – Requisitos e diretrizes de instalação.

[Saiba mais sobre ISO 45001 e a gestão em SST](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 02/07/2024

A ISO 45001 é uma norma internacional para o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional (SGSSO), a qual traz como foco a melhoria do desempenho de qualquer empresa em termos de Saúde e Segurança do Trabalho (SST). Esta norma foi desenvolvida baseando-se em dados coletados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), a qual estimou-se que 2,3 milhões de pessoas morrem anualmente de doenças e acidentes de trabalho.

Atos Normativos

[EDITAL DE NOTIFICAÇÃO](#) (DOU de 01/07/2024 Seção III Pág. 165) - NOTIFICA as entidades sindicais a seguir relacionadas, cujo mandato de diretoria encontrava-se vencido há mais de oito anos na data de 30 de junho de 2024, conforme informações constantes no sistema do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, a atualizarem os dados de sua diretoria no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, na forma dos artigos 41 e 42, II, da mencionada portaria, sob pena de cancelamento do registro sindical;

[PORTARIA MTE N° 1.065, DE 1° DE JULHO DE 2024](#) (DOU de 02/07/2024 Seção I Pág. 234) - Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora n° 36 (NR-36) - Segurança e Saúde no Trabalho nas Organizações de Abate e Processamento de Carnes e Derivados;

[SRGPS/MPS N° 2.084, DE 2 DE JULHO DE 2024](#) (DOU de 04/07/2024 Seção I Pág. 93) - Estabelece as condições para classificação das unidades de atendimento como de difícil provimento de peritos médicos ou com tempo de espera elevado para fins de aplicação da telemedicina nos exames médico-periciais;

[PORTARIA MTE N° 1.077, DE 3 DE JULHO DE 2024](#) (DOU de 04/07/2024 Seção I Pág. 175) - Confere nova redação ao art. 2° da Portaria MTE n° 729, de 15 de maio de 2024, que autoriza a suspensão da exigibilidade dos recolhimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para os empregadores situados em municípios do Estado do Rio Grande do Sul alcançados por estado de calamidade pública reconhecido pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;

[PORTARIA CONJUNTA MPS/INSS N° 19, DE 27 DE JUNHO DE 2024](#) (DOU de 05/07/2024 Seção I Pág. 138) - Altera a alínea "b" do inciso II do §1° do art. 2° da Portaria Conjunta

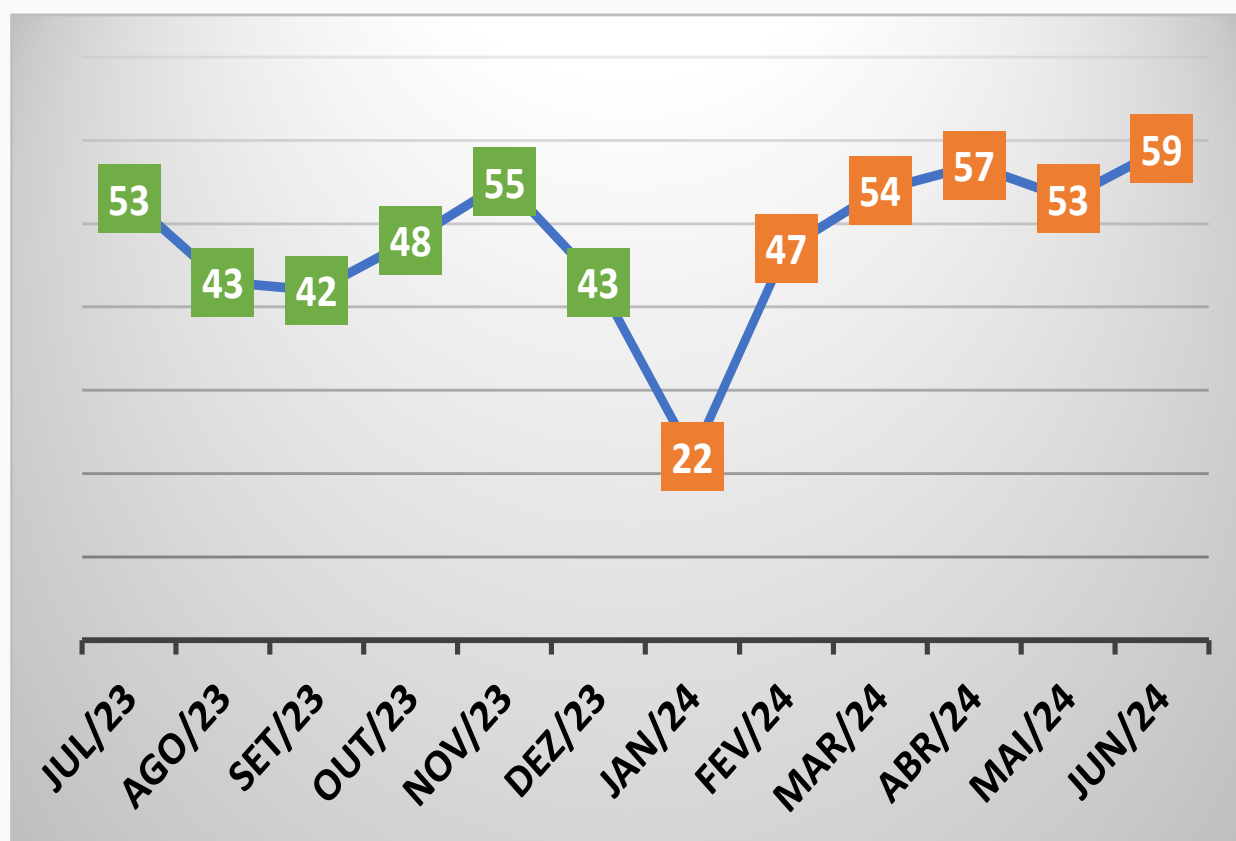
MPS/INSS n.º 38, de 20 de julho de 2023, que disciplina as condições de dispensa da emissão de parecer conclusivo da Perícia Médica Federal quanto à incapacidade laboral e a concessão do benefício por meio de análise documental pelo Instituto Nacional do Seguro Social, de que trata o §14 do art. 60 da Lei n.º 8.213, de 24 de julho de 1991;

[PORTARIA CONJUNTA PRES/INSS/SRGPS/MPS N° 49, DE 4 DE JULHO DE 2024](#) (DOU de 05/07/2024 Seção I Pág. 138) - Disciplina a operacionalização do pedido de prorrogação de benefícios por incapacidade temporária.

RADAR
 TRABALHISTA

Dados estatísticos de Fiscalização

Quantidade de Autos de Infração lavrados por descumprimento da Norma Regulamentadora n.º 07 (NR 07) durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) nos últimos doze meses:



Fonte: Radar SIT - Autuações

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice- Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula